



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS
FLORES

Assembleia Municipal

ATA N.º 11

Sessão Ordinária de dezembro de 2019

Reunião de 12-12-2019

--- Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Concelho de Santa Cruz das Flores, no Salão Nobre dos Paços de Concelho de Santa Cruz das Flores, sob a presidência de Selénio Bruno Cabral Mota Salvador Freitas, tendo como primeiro secretário Luciano Sousa Botelho e como segundo secretário Luíz Filipe de Freitas. -----

--- Feita a chamada, responderam os seguintes deputados municipais: Augusto Pereira Alves, Danny Mendonça Nóia em substituição de Cristina Maria Lopes Cardoso Ribeiro, Horácio da Silva Cravinho, João Paulo Pratas Quaresma, João Paulo Valadão Corvelo, José Luís Fernandes, Énia Cristina Casimiro Fontes em substituição de Ivan Marino Gomes Castro, Álvaro Rodrigues Vieira Tavares em substituição de Lara Alexandra Melo Fraga, Luíz Filipe de Freitas, Maurício Andrade Pedro, Nelson Fraga da Silveira Mateus, Raimundo Fernando Furtado Lima, Armindo Focha Nunes em substituição de Sandra Custódio de Sousa, Selénio Bruno Cabral Mota Salvador Freitas, Ricardo Soares Barcelos, Presidente da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, Laurénio Salvador, em representação da Junta de Freguesia de Santa Cruz das Flores e Catarina Lopes Furtado, em representação da Junta de Freguesia dos Cedros. -----

--- Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o presidente José Carlos Pimentel Mendes e os vereadores Maria Elizabete Avelar Nóia, Fábio dos Milagres Rosário Medina e Paulo Alexandre Fraga Silveira Mateus. -----

--- Faltaram à reunião o Presidente da Junta de Freguesia da Caveira, José António Borges Garcia e o vereador William Resendes Braga. -----

--- Verificado o quórum, o Presidente da Mesa deu início à sessão. -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para colocar à discussão e votação a ata número sete, da reunião ordinária de abril de dois mil e dezanove, referindo que a ata não tinha anteriormente sido aprovada porque tinha sido dito que havia questões que não constavam da ata, mas que, verificada a gravação, a ata refletia o que havia sido dito, e que a votação seria à ata tal como estava anteriormente. -----

--- Tomou a palavra o deputado João Paulo Corvelo para dizer que, uma vez que a ata foi ouvida e não havia nada a acrescentar, como afirmado pelo deputado Ivan Castro, que este mentiu descaradamente e que devia haver um pedido de desculpas da bancada municipal do PS, uma vez que ele não estava presente, porque deviam assumir a responsabilidade pela mentira que tinha sido dita. -----

--- Tomou a palavra o deputado Augusto Pereira Alves para dizer que não tinha que pedir desculpas porque não podia responder pelo deputado Ivan Castro e que, sendo ele a pessoa visada é que deveria, na próxima reunião, falar sobre o assunto. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa, Selénio Freitas, para dizer que não pretendia justificar ninguém, mas que o que importava é que a verdade tinha sido reposta e que a ata refletia o que se tinha passado na reunião. -----

--- Tomou a palavra o deputado João Paulo Corvelo para dizer que tinha havido uma falta de verdade e que o presidente da bancada do PS não assumia o seu papel com humildade para fazer um pedido de desculpas. Pediu para ficar registado que a ata refletia a verdade do que tinha sido dito na reunião e que registava, com desagrado, que afinal quem estava a mentir era do PS e que esperava um pedido de desculpas.

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para dizer que o que importava era estar resposta a verdade e colocou a ata a votação. -----

--- O documento foi aprovado por maioria, com dois votos a favor do PS, três a favor da CDU e um a favor da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, uma abstenção do PS, uma abstenção do PSD, uma abstenção da CDU, uma abstenção da Junta de Freguesia de Santa Cruz, e uma abstenção da Junta de Freguesia dos Cedros. -----

--- Tomou o Presidente da Mesa para colocar à discussão e votação a ata número nove, da reunião ordinária de setembro de dois mil e dezanove, uma vez que a ata número oito ainda não estava concluída. -----

--- O documento foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do PS, dois a favor do PSD, quatro a favor da CDU e um a favor da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, uma abstenção do PS, uma abstenção da Junta de Freguesia de Santa Cruz, e uma abstenção da Junta de Freguesia dos Cedros. -----

--- Tomou o Presidente da Mesa para colocar à discussão e votação a ata número dez, da reunião extraordinária de onze de novembro de 2019. -----

--- O documento foi aprovado por maioria, com oito votos a favor do PS, dois a favor do PSD, quatro a favor da CDU e um a favor da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, uma abstenção do PS, uma abstenção da Junta de Freguesia de Santa Cruz, e uma abstenção da Junta de Freguesia dos Cedros. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para colocar à votação a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos: a eleição dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha, uma vez que o mandato era de apenas dois anos. -----

--- A inclusão do ponto "eleição dos membros da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores no Conselho de Ilha das Flores" na ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa deu a palavra à bancada da CDU para apresentação da Proposta de Resolução: "Alteração do dia feriado anual do Município de Santa Cruz das Flores". -----

--- O deputado municipal Nelson Fraga solicitou que a apresentação desta proposta de resolução fosse feita no momento em que se abordasse o tema da alteração do feriado conforme a ordem de trabalhos. -----

--- O Presidente da Mesa colocou a votação a sugestão do deputado Nelson Fraga, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Tomou a palavra o deputado Nelson Fraga para apresentar a Proposta de Resolução: "Segunda alteração ao Regulamento dos Apoios em Cedência de Materiais de Construção Civil e Utilização de Maquinaria e Mão-de-Obra Municipais para Obras Particulares de Agregados Familiares Carenciados no Município de Santa Cruz das Flores", que fica arquivada em anexo à presente ata. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Mendes, para dizer que era com satisfação que via o assunto ser discutido na Assembleia Municipal. Disse que a Câmara Municipal estava aberta à possibilidade de discutir o assunto, que era necessário analisar toda a questão legal de discussão pública, revogação do regulamento em vigor e entrada em vigor do regulamento com as alterações que viessem a ser aprovadas, e, ainda, analisar as questões orçamentais. Disse ainda que, questões técnicas à parte, nada teria a opor à proposta. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Nelson Fraga para questionar se, para não haver suspensão do regulamento em vigor, não poderia haver uma norma transitória que referisse que, até o novo regulamento entrar em vigor, o atual se iria manter em vigor, para que não houvesse pessoas prejudicadas no período de 30 dias necessário à transição para o novo regulamento. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para dizer que se essa norma transitória estivesse contemplada no regulamento, sim era possível, mas que, como não estava, seria mais uma alteração a fazer. Referiu ainda que, pelos trâmites legais, o regulamento seria suspenso 30 dias, mas que isso não inviabilizava que as pessoas continuassem a apresentar as suas candidaturas. -----

--- O Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta de Resolução: "Segunda

alteração ao Regulamento dos Apoios em Cedência de Materiais de Construção Civil e Utilização de Maquinaria e Mão-de-Obra Municipais para Obras Particulares de Agregados Familiares Carenciados no Município de Santa Cruz das Flores”. -----

--- O documento foi aprovado por unanimidade. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para apresentar a Proposta de Resolução: “Primeira Alteração ao Regulamento do Programa Municipal para Comparticipação de Medicamentos – Idoso com Saúde”, que fica arquivada em anexo à presente ata. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Laurénio Salvador para questionar que idosos podiam concorrer a este apoio, qual a idade e quais os valores de IRS. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para responder que atualmente tinham direito a este apoio os pensionistas, reformados e pessoas com mais de 65 anos, e, conforme o artigo número 3, alínea c), quando a média de rendimentos per capita do agregado familiar fosse inferior a 75% da retribuição mínima mensal em vigor na Região Autónoma dos Açores. Disse que, assim sendo, estavam a falar de pessoas carenciadas, e que consideravam que 10€ por mês, perfazendo 120€ por ano, era um valor completamente exequível por parte da Câmara Municipal. Disse que a proposta da CDU era que passasse para os 60 anos e que passasse a 120€ por ano. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Quaresma para dizer que era favorável à proposta, que era um acréscimo razoável o apoio passar de 75€ para 120€ e que votaria favoravelmente à proposta. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para dizer que ficava satisfeito por estarem a ser discutidos os apoios sociais e que tinha sido possível apostar naquela área ao longo dos últimos anos graças à gestão equilibrada que vinha a ser feita na Câmara Municipal. Referiu que a maioria dos Municípios do país não podia discutir aqueles assuntos com aquela abertura e disponibilidade financeira, que muitas vezes era criticada, mas que era importante ter sempre em linha de conta o equilíbrio financeiro para que se mantivesse. Disse ainda que as propostas que estavam a ser apresentadas já estavam a ser trabalhadas pela Câmara e que, por isso, estava aberto à discussão do assunto e à revisão do referido regulamento. -----

--- O Presidente da Mesa colocou a votação a Proposta de Resolução: “Primeira Alteração ao Regulamento do Programa Municipal para Comparticipação de Medicamentos – Idoso com Saúde”. -----

--- O documento foi aprovado por unanimidade. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para apresentar a Proposta de Recomendação da CDU, para que fosse concedida, aos trabalhadores do Município, tolerância de ponto nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2019; documento que fica arquivado em anexo à presente ata. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para informar que habitualmente já eram concedidas tolerâncias a 24 e a 31, à semelhança do despacho do Governo Regional e que, à semelhança de outras autarquias, e uma vez que era competência da Câmara, também eram favoráveis à cedência da tolerância no dia 26. -----

--- O Presidente da Mesa colocou a votação a Proposta de Resolução. -----

--- O documento foi aprovado por unanimidade. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para apresentar a Proposta de Recomendação: "Prémio de Mérito Desportivo ao Clube Desportivo Escolar (CDEF) para a participação no Campeonato Nacional de Voleibol da 2ª Divisão – Zona Açores (época desportiva de 2019/2020)", que fica arquivada em anexo à presente ata. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para dizer que tinha vindo a ser feito um excelente trabalho pelo clube e que os resultados estavam à vista. Mencionou que a Câmara tem apoiado todas as coletividades e que sabia que toda a ajuda era sempre insuficiente. Informou que a Câmara já tinha tido uma reunião com o clube e que estava a par das dificuldades que tinham com os transportes dos atletas. Disse ainda estar de acordo com a proposta, mas não com o valor global proposto, e, de acordo com as disponibilidades da Câmara, seria possível apoiar, mas no valor máximo de 5.000€, uma vez que o CDEF receberia também o apoio ao associativismo. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para fazer uma correção à proposta apresentada pela CDU, aceitando a contraproposta feita pelo Presidente da Câmara de apoiar em 5.000€, desde que o Presidente da Câmara assumisse o compromisso de atribuir, além destes 5.000€, mais 2.500€ pelo apoio ao associativismo, perfazendo a quantia de 7.500€, que tinham proposto. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para salvaguardar a sua posição, dizendo que teria de ser tomada esta deliberação em reunião de Câmara, onde eram deliberados os apoios ao associativismo. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para dizer que compreendia a posição do Presidente da Câmara, mas que estavam naquela reunião três vereadores da Câmara, e que tinha que haver um compromisso de honra destes três vereadores de que este montante seria aprovado, para poderem avançar com a

proposta e para não haver dúvida absolutamente nenhuma de que o CDEF no próximo ano iria receber 7.500€ de apoio. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para colocar à votação da proposta de recomendação, com a correção do valor de 7.500€ para 5.000€. -----

--- A proposta foi aprovada por maioria, com sete votos a favor do PS, três votos a favor do PSD, quatro votos a favor da CDU, um voto a favor da Junta de Freguesia de Santa Cruz, um voto a favor da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, um voto a favor da Junta de Freguesia dos Cedros e uma abstenção do PS, referente ao deputado municipal Raimundo Lima, que justificou a abstenção por integrar a Direção do clube visado com a aprovação da proposta apresentada. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Nelson Fraga, para apresentar a moção da CDU, que pretendia que a Assembleia Municipal manifestasse “profunda insatisfação e desagrado com a senhora Secretária Regional dos Transportes pela sua atuação morosa e claramente insuficiente nestes últimos dois meses e meio para encontrar uma solução condigna para o abastecimento de mercadorias e bens para a Ilha das Flores, bem como a necessária exportação de gado vivo”, documento que fica arquivado em anexo à presente ata. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Quaresma para dizer que irá votar favoravelmente, mas pedia que salvaguardassem o fato de ser dado conhecimento aos responsáveis do Governo Regional dos Açores da posição que fosse tomada pela Assembleia Municipal relativamente à moção apresentada. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Augusto Pereira Alves para dizer que não era com *show off* que se resolvia uma situação como aquela, que deveria haver um gabinete de crise nas Flores com os representantes do governo e dos portos para que se prestasse apoio aos comerciantes para ultrapassar aquela situação ao lado deles, não nas Secretarias em outras ilhas. Disse que demorou muito a resposta e que logo nos dias seguintes ao furacão Lorenzo devia o governo regional ter procurado um barco no norte da Europa, habituado a mau tempo, e devia ser verificado se tinha condições de atracar nas Flores, porque podia chegar e não servir. Disse que os empresários florentinos estavam a passar por dificuldades e que a localização do porto devia ser discutida, porque andaram 10 anos para decidir a localização do Porto e devia ter sido era na Ribeira da Cruz. Disse que achava que a moção estava muito bem, que no início as coisas até tinham corrido bem, mas que agora não. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para pedir ao Presidente da Mesa que ficasse registado em ata, na íntegra, o que deputado municipal do PS, e líder da bancada, Augusto Pereira Alves tinha acabado de dizer.

Mencionou que no dia seguinte à destruição provocada pela passagem do furacão Lorenzo na ilha das Flores, o seu camarada Nelson Fraga, membro do Conselho de Ilha, tinha pedido uma reunião extraordinária ao Presidente do Conselho de Ilha, Augusto Pereira Alves e este a tinha recusado, o que demonstrava a vontade que o Presidente do Conselho de Ilha tinha em resolver a situação. Disse que era relativamente jovem, mas que se lembrava de que lado da barricada estava o Sr. Pereira Alves quando o Porto das Lajes tinha sido feito, e não era do lado da bancada do Partido Socialista, por isso, que tinham que ter consciência das coisas que diziam ali. Referiu que subscrevia grande parte das coisas que o Sr. Pereira Alves tinha dito, como a demora, que não houve soluções, que os barcos não estavam na ilha, e disse que compreendia que os empresários florentinos tivessem grandes dificuldades, mas maiores dificuldades tinham quando se dirigiam ao Presidente do Conselho de Ilha, por terem problemas concretos para resolver, e o presidente do Conselho de Ilha se recusava reunir. Afirmou que o Presidente do Conselho de Ilha tinha recusado reunir com um empresário do concelho, o Sr. Arlindo Lourenço. Concluiu dizendo que era muito triste as pessoas que tinham responsabilidade na ilha dizerem palavras pomposas, mas depois as atitudes serem completamente diferentes. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Quaresma para dizer, em resposta ao deputado municipal Augusto Pereira Alves, que realmente não se revolia nada na televisão, mas que em política era assim, se não viesse nada para a Comunicação Social, se estivéssemos calados, morríamos na ilha das Flores. Discordou do deputado municipal Augusto Pereira Alves, dizendo que nas Flores não se resolvia nada e disse que as pessoas tinham de ter responsabilidade quando assumiam os cargos políticos, sendo secretário regional ou presidente do Governo ou da República. Disse que no Inverno não se sabia quantas vezes atracaria o barco nas Flores e que na Primavera os problemas ainda seriam piores. Considerou que a preocupação devia ter sido antes do problema acontecer porque de certeza sabiam em que estado estava o Porto das Lajes. Disse que não achava o momento certo para se discutir qual a melhor localização para o porto comercial das Flores ou se o porto era das Lajes ou de Santa Cruz, sendo necessário agora resolver a situação o mais rapidamente possível. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para colocar a moção a discussão e votação. A moção foi aprovada por unanimidade. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Nelson Fraga para apresentar o "Voto de Saudação aos jovens e restantes cidadãos empenhados na luta pela justiça climática e pelo futuro do planeta", documento que fica arquivado em anexo à presente ata. -

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para colocar o Voto de Saudação a discussão e votação. O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **Ponto Um** – Apreciação da informação escrita, financeira e patrimonial do Presidente da Câmara, à qual se refere a alínea e) do n.º 2 do art.º 9 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para informar que já estava em fase de conclusão a resolução da situação, já levantada na anterior reunião, que se referia ao melhoramento do abastecimento de água a duas habitações na zona dos Vales. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para informar a Mesa que devia ser dado seguimento aos Votos de Louvor e Propostas de Recomendação e Resolução aprovadas na Assembleia Municipal, porque não tinha sido feito no último ano. Relativamente à questão das águas, disse que quando a CDU tinha levantado a questão o Presidente da Câmara tinha dito que não tinha conhecimento da situação, mas que felizmente tinha averiguado e estava a regularizar a situação, mas disse que esperavam que regularizasse também a outra questão que foi levantada pela CDU, que tinha a ver com o pedaço de terra que o Sr. Matoso tinha cedido para que se colocassem os caixotes do lixo que estavam ainda no meio da estrada. Perguntou ao Presidente da Câmara como é que a informação escrita mencionava os trabalhos nas valetas da zona dos Vales como concluídas se ainda no dia da reunião tinha passeado lá e estavam ainda a ser feitas. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para esclarecer que quando mencionou trabalhos concluídos na zona dos Vales se referia à estrada dos Vales e que ainda estavam a trabalhar nas valetas para que lá passassem tubagens de água para chegar ao cruzamento e apanhar a água que vem da Matosa. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para dizer que a Mesa da Assembleia tinha enviado uma correção à informação escrita referente a uma bolsa de estudo. Disse ao Presidente da Câmara Municipal que, em relação ao ponto que referia a apresentação do livro "E foi assim", da autoria da Professora Raquel Machado, lamentava que, tendo a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal os e-mails de todos os deputados municipais, nenhum deputado municipal tivesse recebido convite para o evento. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Quaresma para questionar se este evento tinha sido organizado por iniciativa própria ou em parceria com a autarquia. Se tivesse sido em parceria, questionou o porquê de não ter havido sistema de som num evento daquele tipo. Relativamente ao valor referido na informação escrita,

para aquisição de equipamentos de recolha, pediu ao Presidente da Câmara que detalhasse que equipamentos seriam adquiridos. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Augusto Pereira Alves para perguntar ao Presidente da Câmara em que ponto de situação se encontrava a obra do moinho e da incubadora de empresas, perguntou se o atraso com os materiais de construção tinha atrasado as obras e em relação ao canil perguntou se já havia alguma coisa definida. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para responder que, em relação à água dos Vales, tinha dito em assembleias anteriores que não tinha conhecimento da situação da caixa, não do abastecimento de água. Em relação à apresentação do livro, disse que, como Presidente da Câmara, também não tinha sido convidado para o evento e que tinha conhecimento que tinha sido pedido o espaço da Biblioteca municipal para a realização do evento e que, à semelhança de outros eventos, a Câmara tinha cedido o espaço, não tendo nada a ver com a organização. Disse ainda que, além disso, a Câmara Municipal tinha recebido um ofício a questionar se haveria disponibilidade para apoiar com a aquisição de alguns livros e a Câmara Municipal deliberou adquirir alguns exemplares. Em relação ao moinho, disse que a obra estava praticamente concluída, faltavam apenas duas correias para pôr o sistema de água a funcionar. Em relação à incubadora disse que a obra estava a decorrer com normalidade e que o que estava atrasado era a parte da cobertura que, segundo informações do empreiteiro, estava relacionado com o atraso no transporte de materiais. Em relação ao canil municipal, disse que já tinham o projeto e que, naquele plano e orçamento, já estava previsto. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para dizer que a taxa de execução da incubadora de empresas era de 11%. Disse que o Presidente da Câmara, aquando da colocação de contadores de água nos Cedros, tinha dito que era uma exigência legal da Comunidade Europeia, mas que não era verdade. Disse que a taxa de execução da Câmara Municipal de Santa Cruz em relação aos apoios comunitários era baixa, de 54%. Em relação à apresentação do livro, disse que quem tinha lido alguns poemas no evento, não tinha sido tratado pelo nome, mas por vereador da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que a colocação dos contadores era uma imposição legal e que, se não o fizessem, corriam o risco de ter de pagar coimas à União Europeia. Disse que a ERSARA também queria aplicar tarifários à água e que não concordavam, mas que sabiam que estavam a correr um risco porque estavam em incumprimento nesta área. -----

--- A representante da Junta de Freguesia dos Cedros, Catarina Lopes Furtado, ausentou-se da reunião. -----

--- **Ponto Dois** – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020; -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para dizer que o Plano para 2020 vinha na continuidade dos anos anteriores, sendo notória uma grande preocupação com os apoios sociais, um reforço nos programas de apoio ao emprego, a continuidade da obra da incubadora de empresas, destacou que já havia projeto da reabilitação do caminho antigo entre as Piscinas do Altio e Porto Velho, que pretendia para o ano fazer uma candidatura para iniciar a reabilitação das zonas envolventes da Igreja Matriz e da Praceta Roberto Mesquita. Disse que o canil municipal seria para avançar a primeira fase por administração direta e que havia uma verba significativa para revisão do Plano Diretor Municipal sob pena de haver penalização no acesso a fundos comunitários. Mencionou que havia equilíbrio orçamental, o que dava alguma folga orçamental que permitiria à Câmara avançar com alguma obra prioritária para a qual não fosse possível ter financiamentos, dando como exemplo os estragos provocados pelo furacão Lorenzo no Museu e Auditório municipal. Relativamente à execução dos fundos comunitários esclareceu que a execução também variava com o número de candidaturas aprovadas, porque podia haver uma Câmara com uma taxa de execução elevada, mas que tivesse apenas uma candidatura aprovada. Referiu que era um orçamento que permitia continuar a fazer mais e melhor pelas pessoas do concelho, com espírito de diálogo e de abertura, aceitando os contributos de todos, sempre que possível, com vista a respeitar os princípios de equilíbrio financeiro. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para dizer que Santa Cruz da Graciosa tinha orçamentado mais de um milhão de euros e tinha uma taxa de execução de mais de 60%, para exemplificar que era semelhante a Santa Cruz das Flores e que a taxa era mais elevada. Disse que gostava de ouvir as juntas de freguesia no ponto que aborda a seguir, uma vez que foi proposto na assembleia, para limpezas de ribeiras: 2500€ para Santa Cruz, 1000€ para Ponta Delgada, 1000€ para os Cedros, e gostava de saber se as juntas de freguesia já tinham recebido, visto que faltavam quinze dias para o ano acabar. Referiu que a Presidente da Junta de Freguesia dos Cedros lhe tinha dito que não tinha recebido. Disse que a oposição tinha dado um voto de confiança no orçamento anterior para que a Câmara pudesse fazer mais e melhor, mas que não estava a ser feito. Disse que 5.000€ no orçamento para o apoio aos agricultores era manifestamente pouco e que, se a Câmara Municipal tinha aprovado um regulamento que atribuía a cada agricultor 2100€, isso significava que só ia apoiar dois agricultores do concelho e que deveria

já orçamentar um valor realista consoante o número aproximado de agricultores que previa apoiar em vez de mais tarde vir a retificar o orçamento. Relativamente à casa Roberto Mesquita, questionou o porquê de ter sido orçamentado 1€. Em relação à aquisição de terrenos questionou que terrenos a Câmara pretende adquirir para orçamentar 5.000€. Em relação à construção do centro de recolha de animais abandonados questionou o que se fazia na obra com apenas 1000€ orçamentados. Questionou se o Presidente da Câmara ia abrir, durante este ano, vaga para médico veterinário para poder trabalhar no canil municipal, frisando a importância e as responsabilidades deste além do canil, ou se ia continuar ilegalmente a não ter veterinário municipal ou se, como as pessoas diziam, tinha ido conversar com o presidente da associação para arranjam um veterinário municipal que passasse recibos verdes. Referiu que em relação à zona balnear de Ponta Delgada não se fazia nada com 15.000€, que há dois anos que se discutia o assunto, que já tinham sido apresentados dois projetos e não se chegava a fazer nada, que era preciso decidir se haveria ou não vontade de fazer alguma coisa. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Quaresma para dizer que estava perplexo com a rubrica apresentada de apoio à agricultura por considerar que 5.000€ era manifestamente pouco e questionou quando ia ser reforçada, em quanto e porque é que esses valores aproximados não estavam já plasmados naquele documento. Relativamente à aquisição do imóvel Roberto Mesquita perguntou se aquela não seria uma promessa que não poderia cumprir. Perguntou se era verdade que a Câmara Municipal estava a pensar em adquirir os armazéns da Castanheira e Soares. Voltou a perguntar porque não tinha sido usado o sistema de som no evento da apresentação do livro já referido, mas sem resposta. Lamentou os estragos provocados no auditório e museu municipal e perguntou se estava prevista verba para a manutenção do espaço e se não devia já estar prevista naquele documento. Relativamente aos resíduos voltou a questionar a que se referia o valor apresentado, uma vez que não obteve resposta. Relativamente à construção da zona balnear do Porto Velho questionou o que ia ser efetivamente feito. Disse que não concordavam com a construção do museu em Ponta Delgada e que tinham dúvidas sobre o que seria mais importante para a freguesia, se o museu ou a zona balnear que era um grande desejo da população. Disse que parecia que estavam a chegar ao final do mandato e que as obras iam começar todas no final do mandato para começar a fazer campanha eleitoral. Disse que não concordavam com o desfasamento que existia entre os valores atribuídos às outras rubricas em relação ao desporto, cultura e lazer. Em relação à última rubrica que refere o FAM, questionou a que se referia. -

-- Tomou a palavra o deputado municipal Nelson Fraga para dizer que as mais

elevadas taxas de execução se conseguiam exatamente com o avançar das obras e que já estavam a meio do mandato e que aquele parecia um plano e orçamento de início de mandato com rubricas abertas com um euro para nos últimos meses do mandato ser um folclore eleitoralista. Relativamente à reabilitação da Praça Marquês de Pombal e Praceta Roberto Mesquita exemplificou que na Graciosa tinham aproveitado os fundos europeus para melhoramentos no centro histórico e que Santa Cruz podia ter feito o mesmo. Relativamente ao setor agrícola considerou 5.000€ pouco. Pediu o ponto de situação relativamente à aquisição de duas viaturas para apoio social, da questão da monda térmica, dos aspiradores de rua e sobre a questão dos resíduos. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Laurénio Salvador para responder ao repto do deputado municipal João Paulo Corvelo, dizendo que o valor deliberado atribuir à Junta de Freguesia de Santa Cruz, ainda não tinha sido pago. Relativamente ao ponto que referia a aquisição de viaturas para apoio social, questionou a que se iam destinar as viaturas. Relativamente à agricultura considerou manifestamente pouco o valor de 5.000€ e considerou um ato de má fé colocar apenas aquele valor. Disse que o regulamento da Câmara das Lajes diferenciava três tipos de abrigos com valores diferentes e que aquele apenas ia atribuir 2.100€ a cada. Disse que o regulamento não incluía a cedência de inertes. –

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que cada um tinha a sua opinião, mas que o trabalho seria avaliado no final do mandato. Relativamente às verbas apresentadas, disse que o orçamento era feito com as verbas disponíveis, que estava tudo contemplado em projeto e que em abril seria feito um reforço, sublinhando que, tecnicamente, só o podiam fazer em abril. Disse que, relativamente ao setor agrícola, nenhuma candidatura deixaria de ser aceite e apoiada por falta de verba, disse que tinham colocado 5.000€, mas que era possível fazer reforço a rubrica. Em relação à casa Roberto Mesquita, disse que a Câmara já tinha tentado adquirir a casa e não tinha sido possível por constrangimentos bancários; disse que podiam ter tirado aquela rubrica do Plano, mas que, imaginando que o banco desbloqueava a situação e punha a casa à venda, a Câmara podia ter interesse em adquirir o imóvel e tinham de ter a rubrica aberta. Disse que a mesma questão se colocava na rubrica aquisição de terrenos. Disse que, em relação aos pagamentos às Juntas de Freguesia, era injusto serem acusados de não respeitarem os seus compromissos, porque, por exemplo, a Junta de Santa Cruz já tinha recebido setembro e outubro ao abrigo do protocolo das ribeiras. Afirmou que até ao dia 31 de dezembro seriam pagas todas as quantias que pudessem ser pagas ao abrigo das regras estipuladas no protocolo aprovado na Assembleia. Disse que,

em relação à candidatura dos resíduos, que o deputado Nelson Fraga tinha dito que tinha taxa de execução de 0%, prendia-se ao fato de os equipamentos já estarem adjudicados, mas ainda não estarem pagos, ou seja, quando fossem pagos ficaria a 100%. Disse que aquelas taxas de execução não podiam ser vistas como sinónimo de a Câmara estar parada ou de não estarem a trabalhar. Disse que a mesma situação se colocava no caso do canil municipal. Disse que, em relação à zona balnear na freguesia de Ponta Delgada, já tinham sido apresentados na assembleia dois projetos porque não dependia só da Câmara e que, como o primeiro projeto tinha sido rejeitado por entidade terceira, tiveram de o reformular e apresentar uma segunda proposta. Disse que, em relação ao museu municipal, a verba estava prevista numa rubrica de conservação de edifícios, para o caso de ser necessário ser intervenção da Câmara, o que ainda não se sabia exatamente porque ainda estavam a aguardar resposta da companhia de seguros para saber quanto comparticipavam. Disse ainda que alterações na construção teriam de ser avaliadas por arquitetos e engenheiros. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Nelson Fraga para solicitar o esclarecimento se em termos legais e contabilísticos não tinha deixado de ser permitido a passagem do saldo de gerência. -----

--- Tomou a palavra a Vereadora Elizabete Nóia para esclarecer que no início do ano entraria em vigor um novo sistema contabilístico e que, de acordo com a legislação, permitia a utilização do saldo de gerência. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Quaresma para voltar a questionar, como não tinha obtido resposta, se o valor de 219.000€ era só para contentores e a sigla FAM o que significava. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que FAM significa Fundo de Apoio Municipal, que era aquela contribuição que pagavam aos municípios que se tinham endividado. Disse que aquele valor se referia à aquisição dos contentores, da máquina da monda térmica, dos dois aspiradores, pilhões, oleões, papeleiras e compostores. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para colocar a votação o documento. -----

--- O documento foi aprovado por maioria com 8 votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista, 1 voto a favor da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, 3 votos contra do grupo municipal do Partido Social Democrata, 4 votos contra da Coligação Democrática Unitária e 1 voto contra da Junta de Freguesia de Santa Cruz.-----

--- **Ponto Três** – Estrutura do Mapa de Pessoal para 2020; -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para dizer que o Presidente da Câmara não tinha dado resposta à pergunta feita no ponto anterior e que voltava a colocá-la: se ia ser este ano que a Câmara Municipal ia contratar um médico veterinário. Perguntou, em relação aos técnicos superiores, se o engenheiro da Câmara era engenheiro civil ou engenheiro técnico. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Nelson Fraga para perguntar se o documento apresentado estava atualizado porque tinha várias pessoas na categoria "a recrutar". -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que independentemente da terminologia, a Câmara Municipal tinha técnicos superiores e que esse dado era irrelevante para a análise que se estava a fazer ao documento apresentado. Esclareceu que o documento era de outubro e que, à data, ainda nem todos os funcionários tinham entrado em exercício de funções, daí aparecerem ainda na categoria "a recrutar". -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para pedir que ficasse registado em ata que o Presidente da Câmara não tinha respondido absolutamente nada à questão levantada sobre a contratação de um médico veterinário. E referiu que era uma proposta que já era apresentada pela CDU, naquela casa, há mais de 20 anos. Relativamente ao engenheiro da Câmara ser engenheiro técnico ou engenheiro civil, fez a proposta ao Presidente da Mesa de ser enviada a confirmação desta informação a todos os deputados municipais, para conhecimento. Referiu que era diferente a Câmara ter um engenheiro técnico, que faz três anos de licenciatura, ou um engenheiro civil, que faz três anos de licenciatura mais dois anos de mestrado, porque as responsabilidades e exigências eram diferentes. E pediu que ficasse registado em ata que o deputado Augusto Pereira Alves tinha dito que na privada era assim, de as responsabilidades e exigências serem diferentes, mas que no público não era assim. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Quaresma para informar que a bancada do PSD se iria abster na votação porque, apesar de concordarem que a Câmara Municipal era um grande empregador do concelho, duvidavam da necessidade de contratar aqueles técnicos superiores e das especialidades que foram contratadas, tal como já tinha sido falada, por exemplo, a necessidade do médico veterinário. -----

--- Discutido e votado o documento foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor do favor do grupo municipal do Partido Socialista, 1 voto a favor da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, 3 abstenções do grupo municipal do Partido Social

em que cada membro do partido deveria votar livremente sobre este assunto, consoante a sua própria opinião. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para dizer que não compreendia o que é que o deputado municipal Augusto Pereira Alves queria dizer com o fato de deverem ser ouvidas mais pessoas, quando a CDU tinha proposto que fossem mais pessoas ouvidas e o PS tinha chumbado a audição de outras pessoas sobre o assunto. Disse que a bancada da CDU iria votar favoravelmente a alteração do feriado municipal, não por ser contra os festejos do Dia de São João, mas por ser a favor de se mudar o feriado municipal para a ocasião daquela que era agora a festa do concelho, para que as muitas pessoas que trabalham na festa, pudessem descansar no dia seguinte, sendo um dia móvel, uma segunda-feira após a festa municipal.-----

--- Tomou a palavra o deputado municipal Nelson Fraga para elogiar o trabalho daqueles que, com ele, tinham levado a cabo o trabalho necessário à elaboração do relatório. Considerou que tinha sido um trabalho algo inglório e pouco agradecido o esforço que os membros deste Grupo de Trabalho fizeram, dada a diminuta participação das pessoas nas sessões públicas de auscultação da opinião da população. Pediu desculpa pela demora que teve na elaboração do documento. Disse que fazia sentido o feriado se seguir à festa municipal até para engrandecer a festa e toda a dinâmica económica que permite. Disse que se houvesse a mudança do feriado municipal, devia ser assumido o compromisso de honra, pela Assembleia e pela Câmara, de ser pedido ao Governo Regional a cedência de tolerância de ponto no concelho para o dia 24 de junho. Disse ainda que não tinha colocado a sua opinião no relatório do Grupo de Trabalho uma vez que se encontrava na qualidade de relator, mas que a sua opinião era muito clara e expressa também na moção apresentada e da qual é subscritor. -----

--- Procedeu-se à votação, em simultâneo, da alteração do feriado e da moção apresentada sobre o mesmo tema, sendo ambas aprovadas por maioria com 6 votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista, 3 votos a favor da bancada do Partido Social Democrata, 4 votos a favor da bancada da Coligação Democrática Unitária, 1 voto a favor da Junta de Freguesia de Ponta Delgada, 1 voto a favor da Junta de Freguesia de Santa Cruz e 2 votos contra do grupo municipal do Partido Socialista. -----

--- Tomou a palavra o deputado Nelson Fraga para sugerir que a Comissão Permanente da assembleia municipal ficasse encarregue de redigir o documento a dirigir ao Governo dos Açores a solicitar a tolerância de ponto para o concelho no dia 24 de junho. -----

--- **Ponto Seis** – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores no Conselho de Ilha. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para informar que o regimento mencionava que se podia fazer uma reeleição ou uma renovação e sugeriu que se fizesse, caso todos estivessem de acordo, uma votação para renovação dos membros atuais. -----

--- Tomou a palavra o deputado municipal João Paulo Corvelo para propor que se fizesse uma votação que contemplasse dois elementos do PS, um do PSD e um da CDU. -----

--- Tomou a palavra o Presidente da Mesa para sugerir um intervalo para que os grupos municipais se organizassem relativamente à votação que se seguiria. -----

--- Foram retomados os trabalhos e o Presidente da Mesa tomou da palavra para informar que tinha dado entrada uma lista elaborada pelos três grupos municipais, sendo os representantes propostos, da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha, Augusto Pereira Alves, Ivan Marino Gomes Castro, Nelson Fraga da Silveira Mateus e José Luís Fernandes. -----

--- A lista apresentada foi aprovada por unanimidade, com 17 votos a favor. -----

--- E quando eram dezanove horas, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão da qual se lavrou a presente ata assinada por mim

primeiro secretário



e pelo Presidente da Assembleia

